

Nota Informativa

Edição 177/2023

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Empresas de base tecnológica defendem prorrogação da Lei de Informática

Cade e ANPD debatem proteção de dados e concorrência

Ministério das Comunicações recua de mudança na faixa de 6 GHz

Brasil assina carta latina sobre inteligência artificial na administração pública

CCT questionará critérios para conectividade das escolas em audiência pública

ANPD debate regras para DPOs no dia 05 de dezembro

REFORMA ADMINISTRATIVA

Governo federal adia esboço de reforma administrativa para 2024

AGRONEGÓCIO

Mapa lança projeto sobre conectividade no campo e planos de sustentabilidade para fomentar ações no agro brasileiro

Embrapa poderá ter isenção no registro de produtos e tecnologias

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Comissão do Senado aprova PL das “offshores” e fundos exclusivos

Senado deve votar na quarta-feira projetos do pacote de Haddad para garantir meta de déficit zero em 2024

Câmara instala subcomissão para fiscalizar empresas de *e-commerce*

JUDICIÁRIO

Projeto regulamenta julgamento de ações de controle de constitucionalidade no STF

STF forma maioria contra fim da restrição a créditos de ICMS por consumo de telecom

MEIO AMBIENTE

Em sessão temática, governo anunciou metas do Brasil na COP-28

Lira destaca protagonismo brasileiro nos debates sobre desenvolvimento sustentável

ORÇAMENTO

Déficit de 2023 piora, vai a R\$ 177,4 bi e se afasta de meta de Haddad para primeiro ano de governo

Comissão vota parecer ao plano orçamentário para os próximos quatro anos

Relator da LDO impõe prazo para pagar emendas e planeja sacrificar PAC para bancar eleições

POLÍTICA

Senado aprova calendário para acelerar PEC que limita decisões do STF

SOCIAL

MCom e Anatel visitam escolas conectadas em Cavalcante (GO) e conhecem a Rede Comunitária do Quilombo Kalunga

TRABALHISTA

Ministro recebe grupo de deputados da Subcomissão de Trabalho da Câmara

TRANSPORTE

Plenário aprova urgência para funcionamento de comércio aos domingos e feriados

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Empresas de base tecnológica defendem prorrogação da Lei de Informática

Mercado | 22/11/2023

Representantes da P&D Brasil – Associação de Empresas de Desenvolvimento Tecnológico Nacional e Inovação – defenderam a prorrogação da Lei de TICs (Lei de Informática) em audiência com a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, na sexta-feira (17). A Lei de TICs prevê uma redução gradual do percentual da isenção de imposto a partir de 2025, com extinção em 2029. Durante a audiência, a presidente da P&D Brasil, Rosilda Prates, pediu o apoio do MCTI a uma proposta de substitutivo ao Projeto de Lei nº 13/2020, em tramitação na Câmara dos Deputados. Como principais sugestões, a associação quer ampliar o prazo de vigência da Lei de TICs e aumentar o percentual do crédito financeiro destinado a empresas que desenvolvem

tecnologia no país. A ministra Luciana Santos reforçou que o MCTI está mobilizado e vem conversando com a equipe econômica do governo federal para prorrogar as isenções fiscais oferecidas ao setor. “A Lei de Informática é uma experiência de sucesso porque tem um retorno de investimentos maior que a isenção”, pontuou. Para a ministra, a Lei de TICs estimula a inovação, o desenvolvimento tecnológico e é instrumento importante no projeto da nova industrialização nacional. “Não existe alternativa para o Brasil que não seja se inserir nas cadeias econômicas globais. É preciso uma arrojada determinação do Estado para promover saltos tecnológicos e a transformação digital”, reforçou. Fonte: ANPROTEC

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Cade e ANPD debatem proteção de dados e concorrência

Poder Executivo | 21/11/2023 - 18h38min

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) sediou, na terça-feira (21), o primeiro evento conjunto entre a autarquia e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). O encontro "Proteção de Dados e Concorrência – Um Diálogo Estratégico" teve como objetivo fortalecer a colaboração entre as entidades e aprofundar os conhecimentos acerca da defesa da concorrência e a proteção de dados. Fruto do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o Cade e a ANPD, o evento enfatizou a estrutura e o funcionamento das duas autoridades, além dos projetos e realizações de cada uma. O superintendente-geral do Cade, Alexandre Barreto, destacou a relevância de reuniões como essa, que permitem que cada órgão conheça o processo decisório um do outro, criando conhecimento mútuo e identificação de pontos de sinergia, além de estreitar relações e ampliar oportunidades de ação conjunta. Fonte: ASCOM CADE

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ministério das Comunicações recua de mudança na faixa de 6 GHz

Poder Executivo | 21/11/2023

Em que pese as tratativas sobre o tema entre o ministro das Comunicações do Brasil, Juscelino Filho, o vice-ministro de Telecomunicações da China, Zhang Yunming, e representantes da Huawei, a pasta divulgou nota na terça, 21/11, para declarar que não há mudanças na posição brasileira sobre a destinação da faixa de 6GHz. "O Ministério das Comunicações (MCom) e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) não mudaram seu posicionamento a respeito da "Identificação da faixa de 6425 – 7125 MHz para IMT", diz o comunicado do Ministério. "O Brasil acompanha o tema com prioridade na WRC-23, seja para defesa como posição brasileira, seja para contribuir com o texto regulatório dos estudos internacionalmente realizados. O apoio ou a oposição a cada item de agenda depende, dentre outras coisas, das discussões realizadas durante a Conferência, fórum que tanto a Anatel quanto Ministério das Comunicações acompanham de maneira coordenada", completa a nota. A destinação da faixa de 6425 – 7125 MHz para IMT é um dos principais temas dessa Conferência. O Brasil já identificou essa faixa para uso não-licenciado - ou seja, para uso especialmente por equipamentos WiFi 6E - mas Europa, África, Oriente-Médio e países da antiga URSS (Região 1) estão discutindo destinar essa parte do espectro para sistemas 5G e 6G. Fonte: Abranet

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Brasil assina carta latina sobre inteligência artificial na administração pública

Poder Executivo | 21/11/2023

O conselho diretor do Conselho Latino Americano da Administração pelo Desenvolvimento acordou uma "Carta sobre Inteligência Artificial dentro da Administração Pública". O objetivo do documento é “promover um marco compartilhado de desenvolvimento

da Inteligência Artificial dentro da Administração Pública”, segundo Ignacio Criado, professor de Ciência Política e Administração da Universidade Autônoma de Madri e relator do documento a pedido do CLAD. “Sempre levamos em conta o serviço público e os cidadãos como foco principal”. “Esta Carta pretende dar um passo adicional ao oferecer orientações aplicadas para que os governos e administrações públicas dos Estados-Membros possam consolidar as suas próprias estratégias e políticas de Inteligência Artificial”, diz o documento. Sustenta, por exemplo, que “as administrações públicas devem promover um modelo de gestão de dados como eixo central do desenvolvimento de sistemas algorítmicos”. Lembra que a qualidade dos dados utilizados é essencial para evitar que não sejam representativos, incluam lacunas de integridade ou contenham erros e vieses, que podem ser transferidos para sistemas de Inteligência Artificial através dos processos de treino do algoritmo ou em qualquer outro momento do seu ciclo de vida. O CLAD recomenda que as administrações públicas estabeleçam unidades responsáveis pela gestão e qualidade dos dados, garantindo a boa gestão em todo o Setor Público, bem como no intercâmbio com outros setores. A Carta do CLAD aponta que os países “ibero-americanos devem demonstrar a vontade política necessária para considerar esta questão como um eixo transversal com possíveis ramificações em toda a sociedade e em todos os setores, ao mesmo tempo que a administração pública também é objeto dessas transformações, além de ator facilitador das mudanças”. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

CCT questionará critérios para conectividade das escolas em audiência pública

Poder Legislativo | 20/11/2023

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) do Senado Federal prevê para 6 de dezembro uma audiência pública com o objetivo de discutir e acompanhar o projeto de conectividade das escolas públicas. O encontro atende requerimento do senador Izalci Lucas (PSD-DF), que questiona os mecanismos de fiscalização das entidades envolvidas na implementação. Em um dos pontos a serem debatidos, o senador cita a participação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), pessoa jurídica de direito privado (sem fins lucrativos), em diversos programas de conectividade lançados nos últimos anos – como o Internet Brasil, e o programa Educação Conectada. “Vemos que, como OS [Organização Social], a entidade está promovendo seleções por meio de chamamento público e celebrando contratos para implementação de política pública.” Fonte: Tele Síntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ANPD debate regras para DPOs no dia 05 de dezembro

Poder Executivo | 17/11/2023

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) marcou no dia 5 de dezembro, das 10h às 12h e das 14h às 19h, Audiência Pública sobre a proposta de regulamento para o Encarregado de Dados. O evento será exclusivamente online e transmitido pelo canal da ANPD no Youtube. Quem desejar fazer manifestações orais deve preencher o formulário de inscrição até 24 de novembro de 2023. A função do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais está prevista no artigo 41 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Trata-se de pessoa responsável por mediar o diálogo entre a organização, os titulares dos dados pessoais e a Autoridade. As suas atividades incluem a recepção de reclamações dos titulares e de comunicações da ANPD, bem como o fomento a boas práticas de proteção de dados pessoais dentro das organizações. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA ADMINISTRATIVA

Governo federal adia esboço de reforma administrativa para 2024

Poder Executivo | 22/11/2023

O governo federal adiou para o ano que vem as minutas dos projetos de lei para uma reforma administrativa na máquina pública. A meta inicial era que o Ministério da Gestão entregasse ainda neste ano ao Palácio do Planalto a minuta de pelo menos dois projetos de lei. Um deles sobre o fim dos supersalários e o outro sobre a reestruturação das carreiras públicas. Com as minutas, a expectativa era de que o envio das duas propostas ao Congresso Nacional ocorreria no primeiro semestre do próximo ano. A queda de braço sobre a proposta orçamentária do ano que vem, no entanto, levou o governo federal a adiar o debate sobre a reforma administrativa. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já informou que pontos como a criação de um estágio probatório e o afastamento por desempenho não serão implementados por sua gestão. Fonte: O Sul

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)**AGRONEGÓCIO****Mapa lança projeto sobre conectividade no campo e planos de sustentabilidade para fomentar ações no agro brasileiro**

Poder Executivo | 22/11/2023 – 04h50min

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) lança os Planos Inova Cacau 2030 e Floresta+Sustentável e o projeto Rural + Conectado/Bahia na próxima sexta-feira (24), em Ilhéus (BA). As ações vão contribuir com a inclusão tecnológica, o desenvolvimento e a sustentabilidade da atividade agropecuária brasileira e local. O Inova Cacau 2030 vai atuar na promoção do uso sustentável dos recursos naturais nas regiões produtoras de cacau, utilizando tecnologias eficientes e de baixo impacto ambiental, de maneira a favorecer o bem-estar dos produtores, aumentar a qualidade e a produtividade do fruto, para tornar o Brasil uma referência de origem de cacau sustentável para o mundo nos próximos sete anos. Já o Plano de Ação para Recuperação e Manejo de Florestas (Floresta + Sustentável), instituído pela Portaria Mapa Nº 628, de 14 de novembro de 2023, chega com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento do setor de florestas plantadas no Brasil, focando no estímulo a produção sustentável, na recuperação de áreas degradadas e no fortalecimento de cadeias produtivas. Fonte: ASCOM MAPA

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)**Embrapa poderá ter isenção no registro de produtos e tecnologias**

Poder Legislativo | 21/11/2023 – 16h18min

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou na terça-feira (21) o projeto (PL 2694/2021) que dispensa a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) do pagamento de taxas cobradas pelos órgãos reguladores para registro de produtos, tecnologias e pesquisas. Se não houver recurso para discussão do texto em Plenário, o projeto poderá seguir direto para a Câmara dos Deputados. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)**ECONOMIA E TRIBUTÁRIO****Comissão do Senado aprova PL das “offshores” e fundos exclusivos**

Poder Legislativo | 22/11/2023 – 12h12min

Os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal aprovaram, na quarta-feira (22), o parecer do senador Alessandro Vieira (MDB-SE) para o projeto de lei que altera regras de tributação sobre aplicações financeiras mantidas por brasileiros no exterior, regulamenta o instrumento dos trusts no Brasil e modifica a taxa de fundos exclusivos (PL 4.173/2023). A votação no colegiado ocorreu de forma simbólica e contou com o apoio até de integrantes da oposição. Apenas os senadores Carlos Portinho (PL-RJ), líder do PL na casa legislativa, e Carlos Viana (Podemos-MG) declararam voto contrário ao projeto. Agora o texto segue para análise do plenário, e, se aprovado, pode ser levado direto à sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Isso porque o relatório traz apenas mudanças de redação em relação à versão encaminhada pela Câmara dos Deputados – o que evita que a matéria tenha que retornar à casa iniciadora. Fonte: InfoMoney

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Senado deve votar na quarta-feira projetos do pacote de Haddad para garantir meta de déficit zero em 2024

Poder Legislativo | 22/11/2023 – 00h01min

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado marcou para quarta-feira a votação de dois projetos de arrecadação para o governo: a taxa de fundos de investimentos exclusivos e no exterior — voltados para a alta renda — e a tributação de apostas on-line. Os relatórios foram apresentados na terça-feira, mas os senadores pediram vista. Os textos podem ser votados ainda na quarta-feira (22) no plenário do Senado. No total, o governo estima arrecadar R\$22 bilhões com as medidas no ano que vem. Para o projeto de taxa de super-ricos, o relator Alessandro Vieira (MDB-SE) não realizou modificações substanciais no texto que veio da Câmara dos Deputados. Com isso, o projeto poderá seguir direto para a sanção presidencial, se aprovado, sem precisar voltar para análise dos deputados. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Câmara instala subcomissão para fiscalizar empresas de e-commerce

Poder Legislativo | 21/11/2023 – 19h

A Câmara dos Deputados instalou na 3ª feira (21.nov.2023) uma subcomissão para fiscalizar a cobrança de impostos sobre empresas do exterior que atuam na área de e-commerce, caso das companhias Shein, Shopee e AliExpress. O presidente do grupo será o deputado Júlio Lopes (PP-RJ) e a relatoria ficará com Luiz Gastão (PSD-CE). A “Subcomissão Especial Prevenção e Combate à Sonegação Aduaneira” será vinculada à Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Casa Baixa. O presidente, Júlio Lopes, afirmou que o colegiado também avaliará o trabalho dos órgãos públicos que fiscalizam a cobrança de tributos feita pela Receita Federal. “O Brasil deixa de arrecadar mais de R\$417 bilhões por ano com impostos, devido às sonegações de empresas”, afirmou Lopes. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

JUDICIÁRIO

Projeto regulamenta julgamento de ações de controle de constitucionalidade no STF

Poder Judiciário | 22/11/2023 – 10h28min

O Projeto de Lei 3640/23, do deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP), 1º vice-presidente da Câmara dos Deputados, regulamenta o regime jurídico das ações de controle concentrado no Supremo Tribunal Federal (STF). A proposta tem origem em anteprojeto elaborado por uma comissão de juristas criada pela Câmara dos Deputados em 2020, presidida pelo ministro Gilmar Mendes, do STF. Pereira decidiu apresentar o anteprojeto na íntegra. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

STF forma maioria contra fim da restrição a créditos de ICMS por consumo de telecom

Poder Judiciário | 20/11/2023

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) entendem que as restrições aos créditos de ICMS regulamentadas pela Lei Kandir devem ser mantidas, rejeitando demanda do setor industrial. O tema está sendo julgado em plenário virtual, com encerramento na segunda-feira, 20. Trata-se da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 2325 e apensadas), movida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), contra trechos da legislação que detalha as regras de creditação do ICMS. Um deles, restringiu a possibilidade de uso de créditos do Imposto por empresas exportadoras nos casos de gastos com energia elétrica, serviços de comunicação e insumos. Para serviços de comunicação, por exemplo, a lei considera como direito a crédito: o recebimento de serviços utilizados pelo estabelecimento “ao qual tenham sido prestados na execução de serviços da mesma natureza” ou “quando sua utilização resultar em operação de saída ou prestação para o exterior”, observadas as proporções. Fonte: Tele Síntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MEIO AMBIENTE

Em sessão temática, governo anunciou metas do Brasil na COP-28

Poder Legislativo | 21/11/2023 – 20h22min

A pedido da presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), senadora Leila Barros (PDT-DF), e de outros senadores foi realizada uma sessão de debates no Plenário do Senado sobre os desafios e as propostas do Brasil para a 28ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP-28. O evento acontecerá entre os dias 30 de novembro e 12 de dezembro em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. Leila Barros alertou para os perigos que as mudanças climáticas representam. — Há décadas, cientistas de todo o planeta trazem alertas dos riscos associados às alterações intensas que a humanidade provoca aos sistemas naturais. Não será possível a vida humana neste planeta se não respeitarmos seus limites ecológicos. Segundo estimativa do IBGE, a safra de grãos, cereais e leguminosas deve ter uma queda de quase 3% no próximo ano devido às chuvas excessivas no Sul, ao calor no Centro-Oeste e à seca na Amazônia. Pesquisadores da Cemadem e do Inpe apontam que, pela primeira vez, o clima de deserto é identificado em nosso país — argumentou Leila. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lira destaca protagonismo brasileiro nos debates sobre desenvolvimento sustentável

Poder Legislativo | 21/11/2023 – 16h

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que a Câmara tem se esforçado para manter o Brasil no protagonismo nos debates sobre desenvolvimento sustentável. Segundo ele, a chamada “pauta verde” é prioridade do Legislativo para as

próximas semanas e para os próximos anos. Ele participou, por meio de videoconferência, da abertura do 32º Seminário da Organização Internacional do Açúcar, em Londres. “O principal desafio da humanidade hoje é encontrar caminhos e soluções viáveis e duradouras para conciliar as demandas para o crescimento econômico, para a inclusão social e para a proteção ambiental”, afirmou. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

Déficit de 2023 piora, vai a R\$ 177,4 bi e se afasta de meta de Haddad para primeiro ano de governo

Poder Executivo | 22/11/2023 – 14h45min

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prevê encerrar o primeiro ano de mandato com um rombo de R\$ 177,4 bilhões nas contas, uma piora em relação à estimativa anterior e ainda mais longe da meta traçada pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda), de entregar um déficit de até 1% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2023. Em setembro, o governo esperava um déficit de R\$141,4 bilhões nas contas do governo central (que inclui Tesouro Nacional, INSS e Banco Central), o equivalente a 1,3% do PIB. A nova projeção significa um rombo de 1,7% do PIB, segundo dados divulgados na quarta-feira (22). Como mostrou a Folha, para a aferição oficial do cumprimento da meta, o resultado fiscal ainda vai ter uma piora adicional de R\$26 bilhões, referentes ao resgate de valores "abandonados" nas contas do Fundo PIS/Pasep. Na prática, o rombo oficial chegaria a R\$203,4 bilhões (1,9% do PIB).

Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Comissão vota parecer ao plano orçamentário para os próximos quatro anos

Poder Legislativo | 22/11/2023 – 08h49min

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) pode votar na quarta-feira (22) o parecer preliminar do Plano Plurianual (PPA) para 2024-2027 (PLN 28/23), elaborado pelo deputado Bohn Gass (PT-RS). Não foram apresentadas emendas ao texto. A comissão também pode votar o relatório do deputado Júnior Mano (PL-CE), coordenador do Comitê de Admissibilidade de Emendas (CAE). O CAE é um órgão permanente da CMO que pode propor a inadmissibilidade de emendas apresentadas ao projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024 (PLN 29/23). Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Relator da LDO impõe prazo para pagar emendas e planeja sacrificar PAC para bancar eleições

Poder Legislativo | 22/11/2023 – 04h30min

Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o deputado Danilo Forte (União-CE) esticou a corda com o Palácio do Planalto e confirmou a inclusão em seu parecer de um cronograma para pagamento obrigatório de emendas parlamentares pelo Executivo. Ele ainda avalia tirar dinheiro do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), uma das principais vitrines do governo, para abastecer o fundo eleitoral que financiará as campanhas municipais do ano que vem. Em outra frente, o Congresso prepara novas derrotas para Luiz Inácio Lula da Silva na apreciação de vetos presidenciais na quinta-feira (23). Um deles é relativo ao marco temporal para terras indígenas, que deve ser derrubado. O prazo para a liberação das emendas parlamentares, planejado por Forte, inclui as individuais e de bancadas estaduais. Essas modalidades são impositivas, ou seja, seu pagamento é obrigatório, mas o Executivo dita o ritmo de liberação dos recursos. Isso permite que o

governo use a execução desses recursos para negociar votações com o Congresso. O montante total atrelado ao calendário é de R\$37,6 bilhões. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Senado aprova calendário para acelerar PEC que limita decisões do STF

Poder Legislativo | 21/11/2023 – 20h46min

O Senado aprovou na terça-feira (21) calendário especial para votação da PEC 8/2021, que limita decisões monocráticas, ou seja, individuais, e pedidos de vista no Supremo Tribunal Federal (STF). Com a aprovação do novo calendário, a proposta será votada, em dois turnos, na quarta-feira (22). O requerimento aprovado prevê uma quebra do intervalo entre os turnos, o que acelera a tramitação da proposta. Com isso, os dois turnos de votação, necessários para análise de uma PEC, poderão ocorrer no mesmo dia, sem necessidade de sessões de intervalo. Se o primeiro turno tivesse sido realizado na terça-feira, a proposta somente poderia ser apreciada em segundo turno pelos senadores após três sessões. O calendário especial foi proposto por líderes de oposição ao governo, recebendo 48 votos a favor, 20 contra e uma abstenção. Para o autor da PEC, Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), a proposta não tem o objetivo de prejudicar a relação entre os Poderes ou de retaliação à Corte Suprema. Já o senador governista Humberto Costa (PT-PE) argumenta que a apreciação da proposta ocorre em momento inoportuno, pode criar um clima de conflito com o Supremo e é inócua, pois o STF tem prazos para pedidos de vista e análise de decisões individuais. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

SOCIAL

MCom e Anatel visitam escolas conectadas em Cavalcante (GO) e conhecem a Rede Comunitária do Quilombo Kalunga

Poder Executivo | 22/11/2023 – 11h24min

O conselheiro substituto Nilo Pasquali e integrantes do Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas (Gape) e do Grupo de Trabalho de Redes Comunitárias (GT-RCom) foram até a cidade de Cavalcante (GO) na segunda e terça-feira, dias 20 e 21 de novembro, para visitarem duas escolas beneficiadas pelo projeto-piloto do Gape e também conhecerem a Rede Comunitária Kalunga Livre, localizada no território quilombola desse município. Também integraram a comitiva representantes do Ministério das Comunicações, do Ministério da Educação, da Telcomp, da Conexis e de entidades representativas de redes comunitárias no Brasil. Ao todo, o território Kalunga está contido no perímetro de três municípios no estado de Goiás: Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás. A Comunidade Kalunga, o maior território de descendentes quilombolas do Brasil, está localizada a 69 km do município de Cavalcante, em região de difícil acesso. No dia 20, data em que foi celebrado o Dia da Consciência Negra, foi feita a visita à Comunidade Kalunga, onde fica a Rede Comunitária Kalunga Livre, e ao Colégio Estadual Quilombola Kalunga I, antiga Escola Municipal Maiadinha e também conhecida na comunidade como Escola da Capela do Vão do Moleque. Fonte: ASCOM MCom

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TRABALHISTA

Ministro recebe grupo de deputados da Subcomissão de Trabalho da Câmara

Poder Executivo | 21/11/2023 – 19h32min

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, recebeu na terça-feira (21) um grupo de deputados da Subcomissão Permanente da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados que vai analisar regras para o trabalho por aplicativos e por outras plataformas digitais. A intenção da reunião com o ministro foi atualizar sobre as decisões do Grupo de Trabalho dos Aplicativos, criado pelo governo para discutir garantias, direitos e acordos entre trabalhadores e empresas de aplicativos. Os parlamentares da Subcomissão de Trabalho por Aplicativos vieram para conhecer as decisões fechadas no GT e os acordos negociados entre as partes para buscar uma solução sobre a questão dos aplicativos, visto que a proposta do governo será analisada pela Subcomissão. Luiz Marinho explicou que o GT finalizou seus trabalhos, porém, ainda aguarda o consenso de alguns pontos para envio da proposta ao presidente, mas adiantou aos parlamentares todos os pontos já acordados e aqueles que ainda carecem de consenso. “No caso do transporte de pessoas, houve um grande avanço, porém, ainda continuamos as conversas bilaterais com as empresas de entregas, para buscar um acordo e a construção de um texto a ser entregue”, explicou o ministro. Fonte: ASCOM MTE

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TRANSPORTE

Plenário aprova urgência para funcionamento de comércio aos domingos e feriados

Poder Legislativo | 21/11/2023 – 23h09min

O Plenário aprovou, por 301 votos favoráveis e 131 contrários, regime de urgência para projeto de decreto legislativo (PDL 405/23) que permite o funcionamento do comércio aos domingos e feriados. Mesmo antes de ser colocado em votação, a proposta já dividiu opiniões dos deputados. O projeto cancela portaria do Ministério do Trabalho, assinada na semana passada, que obriga acordo coletivo como requisito para o trabalho aos domingos e feriados por funcionários do comércio. A regra fora dispensada em 2021 pelo governo Bolsonaro. O deputado Alencar Santana (PT-SP) explicou que o objetivo é evitar relações desiguais entre trabalhadores e patrões. Ele criticou a intenção de revogar a norma e afirmou que a Confederação Nacional do Comércio e outras entidades se reunirão na quarta-feira com o ministro do Trabalho, Luiz Marinho. “Essa portaria revoga uma norma do governo Bolsonaro para garantir o direito de representação das entidades sindicais. Não há nada demais nesta questão”, ponderou. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)